

Apontamentos sobre a colônia Princesa Dona Isabel: hospedagem e história de Bento Gonçalves/RS

Notes about the Princess Dona Isabel colony: lodging and history of Bento Gonçalves/RS

Notas sobre la colonia Princesa Dona Isabel: alojamiento e historia de Bento Gonçalves/RS

Recebido: 05/06/2022 | Revisado: 25/07/2022 | Aceito: 26/07/2022 | Publicado: 03/08/2022

Carlos Henrique Monschau Funck

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7591-3125>

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

E-mail carlos.funck@bento.ifrs.edu.br

Resumo

O presente estudo tem como objetivo trazer dados da formação e o desenvolvimento de um dos maiores destinos turísticos do Rio Grande do Sul, o município de Bento Gonçalves ainda na condição de Colônia Imperial. Princesa Dona Isabel foi a denominação do atual Município de Bento Gonçalves, enquanto Colônia oficial, entre os anos de 1870 aos de 1884. Nascida como Colônia Imperial, hoje Bento Gonçalves se destaca no cenário nacional como o principal destino do Enoturismo do Brasil. Explorar os primeiros anos desta colônia pode jogar luzes sobre o turismo, pois faz parte do terceiro setor que movimenta a economia da cidade. A pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, pretende contribuir acerca da história do município e do turismo, uma vez que o setor tem se valido da história e da cultura como atrativos turísticos e formação de novos roteiros. O estudo investiga as primeiras hospedagens e discute o papel dos barracões na ocupação inicial da imigração italiana na região.

Palavras-chave: Bento Gonçalves; História; Hospedagem; Colônias oficiais; Imigração Italiana.

Abstract

This study aims to bring data on the formation and development of one of the major tourist destinations in Rio Grande do Sul, the city of Bento Gonçalves, still in the condition of Imperial Colony. Princesa Dona Isabel was the denomination of the current Municipality of Bento Gonçalves, as an official Colony, between the years 1870 and 1884. Born as an Imperial Colony, today Bento Gonçalves stands out on the national scene as the main destination for wine tourism in Brazil. Exploring the early years of this colony can shed light on tourism, since it is part of the third sector that moves the city's economy. The exploratory research, qualitative in nature, intends to contribute about the history of the town and of tourism, since the sector has taken advantage of history and culture as tourist attractions and the formation of new itineraries. The study investigates the first lodgings and discusses the role of the sheds in the initial occupation of the Italian immigration in the region.

Keywords: Bento Gonçalves; History; Lodging; Official colonies; Italian immigration.

Resumen

Este estudio pretende aportar datos de la formación y desarrollo de uno de los principales destinos turísticos de Rio Grande do Sul, la ciudad de Bento Gonçalves todavía en la condición de Colonia Imperial. Princesa Dona Isabel fue la denominación del actual Municipio de Bento Gonçalves, como Colonia oficial, entre los años de 1870 y 1884. Nacida como Colonia Imperial, hoy Bento Gonçalves se destaca en el escenario nacional como el principal destino del Enoturismo en Brasil. Explorar los primeros años de esta colonia puede arrojar luz sobre el turismo, ya que forma parte del tercer sector que mueve la economía de la ciudad. La investigación exploratoria, de carácter cualitativo, pretende aportar sobre la historia del municipio y el turismo, ya que el sector ha aprovechado la historia y la cultura como atractivos turísticos y formación de nuevas rutas. El estudio investiga los primeros alojamientos y analiza el papel de los cobertizos en la ocupación inicial de la inmigración italiana en la región.

Palabras clave: Bento Gonçalves; Historia; Alojamiento; Colonias oficiales; Inmigración italiana.

1. Introdução

A antiga Colônia Princesa Dona Isabel - hoje Bento Gonçalves, teve sua fundação em 24 de maio de 1870 por meio de Decreto exarado pelo Presidente da Província como resultado da política imigratória do Governo Imperial. Em 12 de abril de 1884 foi elevada à distrito de Montenegro, denominada Freguesia de Santo Antônio de Dona Isabel por meio do Decreto n. 9183

(Manfroi, 1975) passando “ao regime comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial” de Colônia. (Iotti, 2001, p.434).

Inicialmente chamada de “Cruzinha”, a Colônia Princesa Dona Isabel era “limitada ao norte pelo Rio das Antas; [...] ao sul pela Colônia Conde D’Eu; a leste, pela Colônia Caixas [...] e a oeste pelo rio das Antas e rio Taquari”. (Paris, 1999, p. 50).

Na Colônia Princesa Dona Isabel, destino de muitos imigrantes, principalmente do norte da Itália, coube aos “engenheiros e o Diretor da Colônia [...] determinar, após o mapeamento hidrográfico topográfico, terras para a construção de ruas, praças, Igreja, escola, cemitério, cadeia, casa de administração”. (Caprara, Luchese, 2005, p. 32). Ao Diretor da Colônia também ficava a incumbência do acolhimento dos imigrantes nos Barracões, no primeiro momento, até o dia em que fossem para seus lotes, dentre outras responsabilidades.

O presente estudo tem como objetivo trazer dados da formação e o desenvolvimento de um dos maiores destinos turísticos do Rio Grande do Sul, o município de Bento Gonçalves ainda na condição de Colônia Imperial. Pesquisar este período é significativo para o entendimento da formação identitária local, pois “a identidade de um povo se processa de múltiplas formas, e o momento de sua formação é condição de estruturação.” (Herédia, 2004, p. 17).

Nascida como Colônia Imperial, hoje Bento Gonçalves se destaca no cenário nacional como o principal destino do Enoturismo do Brasil. Explorar os primeiros anos desta colônia pode jogar luzes sobre o turismo, setor que movimenta a economia da cidade.

Essa pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, pretende contribuir acerca da história do município e do turismo, uma vez que o setor tem se valido da história e da cultura como atrativos turísticos e formação de novos roteiros. O estudo investiga as primeiras hospedagens e discute o papel dos barracões na ocupação inicial da imigração italiana na região.

2. Metodologia

O governo imperial brasileiro adotou políticas diferenciadas relativas a imigração e a implantação de colônias em diferentes épocas. Segundo Herédia e Paviani (2003, p.23) “pela Lei 514, de 1848, o governo imperial cedia [...] terras devolutas [...] à colonização, proibia o emprego de escravos, e os imigrantes deveriam explorar as terras para receber o título de propriedade”. Com o amparo desta lei e da Lei Provincial de 4 de dezembro de 1851, criaram-se colônias e normatizaram a concessão de terras no Brasil.

Na Colônia Princesa Dona Isabel, criada em 1870 numa área de 32 léguas cedidas pelo Governo Imperial, os primeiros tempos foram muitodifíceis pois havia a necessidade de tudo fazer: cabia aos engenheiros e agrimensores demarcar as terras; abrir picadas no meio da vegetação densa com a utilização de instrumentos simples; pensar e planejar onde seria o melhor local para a sede e nesta o espaço da diretoria, igreja, escola, os barracões ou “casas de recepção” (Seyferty, 2015) e demais estabelecimentos necessários para consecução da implantação da Colônia Princesa Dona Isabel.

A entrada do imigrante no Brasil fez parte de um processo de mudanças nas estruturas sociais e econômicas que se processavam no Brasil e na Itália do século XIX. Das diversas levas de emigrados ao Rio Grande do Sul que aportaram nas terras do Nordeste gaúcho, região onde se localiza o município de Bento Gonçalves, podemos destacar que foram das “províncias do Vêneto, da Lombardia, do Trentino-Algo Ádige e do Friuli-Venécia Júlia os maiores contingentes”. (Paris, 1999, p.20).

A Itália teve seu processo de unificação nacional em 1870. Sobre este período é necessário observar “mudanças das relações de produção, das fronteiras e da cobrança de impostos” (Paris, 1999, p. 18) que se processaram. Mudanças administrativas, desdobramentos da Revolução Industrial, excedente de mão de obra, conflitos e doenças que assolavam os habitantes da península itálica no século XIX. Nesta esteira, Paris (1999, p.20) é assertiva ao afirmar que

As massas populares italianas encontravam-se condenadas à miséria e à fome. Embora se possa dizer que o esgotamento das terras, as crises agrícolas, a política fiscal e o desflorestamento, apolítica comercial, entres outros, foram motivos

que levaram tantos *contadini* (agricultores), em sua maioria, a deixarem sua terra natal e partirem em busca de melhores condições de vida, deve-se estar ciente de que a principal motivação está no bojo das transformações que a expansão do capitalismo ocasionou. As mudanças de um modo de produção são longas e graduais, e a emigração de italianos pode ser inserida como consequência dessas transformações.

O Primeiro-ministro italiano Francesco Crispi – (de 1887 a 1891), considerando a emigração “um mal, mandou estudar suas causas, que foram identificadas com a miséria, o desemprego, os baixos salários, o espírito de aventura, o excesso de mão de obra. Entendeu que não podia freá-la e decidiu então regulamentá-la”. (Cervo, 1992, p. 12). Logo, não podendo cessar o processo emigratório, as autoridades passaram a instituir uma política migratória “que se caracterizava por duas orientações de Governo: tutelar ou proteger os italianos no exterior e mantê-los vinculados à pátria”. (Cervo, 1992, p. 12).

Para o Brasil “o imigrante foi a solução de grandes problemas no Brasil, como a substituição da mão-de-obra escrava pela livre”. (Caprara & Luchese, 2005, p. 13), pois os ventos de mudanças que ocorriam no mundo começaram a provocar mudança em nossa estrutura econômica firmada nos pilares do latifúndio, da monocultura e na mão de obra escrava.

A política imigratória, iniciada por D. João VI, ainda na primeira metade do século XIX recairia sobre os europeus calcada na política de inserção de homens livres. Mais especificamente, em se tratando da província de São Pedro, o objetivo era instalá-los em núcleos coloniais onde a pequena propriedade e a agricultura familiar fossem as principais características.

Aos governos imperial e provincial interessava a imigração europeia e a colonização, também, para “aumentar a produção agrícola [...] no contexto maior da mudança da política de terras e da política de mão-de-obra, [...] que visavam adaptar o Brasil ao desenvolvimento do capitalismo europeu”. (Giron, 1994, p. 25).

Esses imigrantes eram cooptados na Europa, por meio de propaganda dos benefícios que teriam se emigrassem para o Brasil. Dentre eles: “transporte gratuito, a concessão de um lote rural, instrumentos de trabalho e ajuda financeira, no processo inicial de ocupação”, (Herédia & Paviani, 2003, p.18) hospedagem e alimentação.

Em 1818, deu-se a assinatura de um contrato para introdução de suíços no Rio de Janeiro na localidade que passou a chamar-se Nova Friburgo. Os colonos chegaram em 1819, após longa e dificultosa viagem marítima. Essa primeira tentativa mostrou-se infrutífera devido, entre outros fatores, à má administração colonial. Essa política imigratória contribuiria “para o povoamento de áreas vazias e [criaria] classes intermediárias entre o senhor e o escravo, estimulando o trabalho livre e o fomento à criação de serviços de infraestrutura [...] com fins de desenvolver o país”. (Herédia & Paviani, 2003, p. 22).

Em 1824 o governo Imperial com “os interesses relacionados com o povoamento e colonização [...] e com a possibilidade de que os núcleos de pequenos proprietários agrícolas pudessem vir a neutralizar [...] o poder da oligarquia regional” (Pesavento, 1994, p.25) iniciou um processo de colonização alemã na Província São Pedro do Rio Grande do Sul.

Essas terras que os imigrantes alemães receberam, no primeiro momento, eram doações governamentais que, depois de 1854, passariam a ser adquiridas por meio da compra dos lotes. Os primeiros colonos formaram Colônias às margens do Rio dos Sinos. Segundo Herédia e Paviani (2003, p. 19) “A colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foi uma das experiências de núcleos colônias de maior sucesso de colonização oficial.”

A fim de se garantir um fluxo migratório e as condições para a manutenção deste, o Governo Imperial elaborou uma série de leis e decretos. Destaca-se a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 que dispôs sobre as terras devolutas do Império “para o estabelecimento de colônias, e sobre a compra e a venda dos lotes”. (Paris, 1999, p. 23).

Outro documento importante nesta esteira regulamentatória foi o Ato de 08 de maio de 1854 que “dispunha sobre os marcos e demarcações de léguas, travessões e lotes. Além disso, possibilitava o acesso a terra a qualquer indivíduo independente de sua nacionalidade, e concedia auxílios em favor da colonização”. (Caprara & Luchese, 2005, p. 16). Cumpre destacar, também, o Decreto Imperial nº 3784, de 19 de janeiro de 1867 que regulou e uniformizou a Fundação das colônias, distribuição de terras e condições de propriedade.

Nota-se que, durante o Império, houve inúmeras alterações nas legislações que versavam sobre as terras devolutas do império, a colonização e a imigração. No bojo destas mudanças, ora se concediam vantagens aos imigrantes, ora as suprimiam.

Importante ressaltar que, independentemente se a imigração foi por vias oficiais ou particulares, a entrada de imigrantes europeus contribuiu “de forma decisiva para o processo de crescimento e diversificação da economia” (Herédia & Paviani, 2003, p. 21) e, para além do aspecto econômico, a entrada dos imigrantes “teve repercussão na estrutura da sociedade brasileira” (Herédia & Paviani, 2003, p. 21) e na composição heterogênea da cultura nacional, principalmente no Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul apresentou, em diversos momentos, conflitos entre forças políticas. Este território, após longo período entregue aos indígenas e às reduções jesuíticas castelhanas teve, a partir de 1726, o início de “uma exploração sistemática e oficial do território com o objetivo de descobrir caminhos e de conquistar o gado solto. (Caprara & Luchese, 2005, p. 18). Nesse processo de “exploração oficial” avançou-se para o interior, com levas de homens oriundos, principalmente, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, da Bahia e, também, de português da Ilha dos Açores.

Tivemos, ao longo de todo o século XVIII, a abertura de caminhos, criação de fortes e o início de muitos povoados.

A Província de Pedro do Rio Grande do Sul, com o passar dos anos e o aumento das charqueadas e da importância do charque para o abastecimento do comércio no Sudeste, ligados ao sucesso de outras atividades agropecuárias e à produção de trigo apresentava-se como umas das mais promissoras. Esse período de prosperidade foi abalado a partir de 1820 com a Revolução Farroupilha e as pragas agrícolas.

Percebe-se que, de um período de dominação das terras; conquista do gado solto; implantação de atividades agropecuárias; cultivo do trigo e povoamento do interior, sobrevém outro, com perdas agropecuárias e guerra que desestabilizaria a região.

No final do século XIX, a imigração alemã para o Brasil sofria declínio enquanto a imigração italiana passava a ser a que constituía o maior número de imigrantes. No Rio Grande do Sul estes emigrados da Itália, que para cá se dirigiam, começaram a receber terras na Encosta Superior Nordeste da província do Rio Grande do Sul. Cooptados por “agentes da propaganda [...] que prometiam viagem gratuita, auxílio nos primeiros anos, nacionalização imediata e a possibilidade de serem proprietários de terra”. (Paris, 1999, p. 23).

O governo imperial brasileiro adotou políticas diferenciadas relativas a imigração e a implantação de colônias em diferentes épocas. Segundo Herédia e Paviani (2003, p. 23) “pela Lei 514, de 1848, o governo imperial cedia [...] terras devolutas [...] à colonização, proibia o emprego de escravos, e os imigrantes deveriam explorar as terras para receber o título de propriedade.” Com o amparo dessa e da Lei Provincial de 4 de dezembro de 1851, criaram-se colônias e normatizaram a concessão de terras no Brasil.

Apesar de criadas as Colônias Princesa Dona Isabel e Conde D’Eu isso não garantiria seu sucesso de imediato. De acordo com Herédia e Paviani (2003, p. 25) “em 1871, os sintomas do fracasso na ocupação dessas terras eram visíveis, pois apenas 37 lotes haviam sido ocupados em Conde d’Eu e nenhum em Dona Isabel.” Dentre as dificuldades encontradas estava, principalmente, a precariedade ou falta completa de estradas que propiciassem acesso dos colonos às vilas e cidades.

Percebe-se que, apesar dos esforços governamentais para a efetivação da colonização, a falta de infraestrutura viária, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, dentre outros motivos, foi decisiva para o insucesso inicial da colonização em Dona Isabel e, em grande medida, em Conde d’Eu. Para resolver esta situação e, efetivamente, colocar em prática a política de ocupação do território da Encosta Superior Nordeste da Serra Gaúcha, o governo imperial não olvidou esforços, dentro de sua política de efetivação da imigração europeia, para que os imigrantes pudessem ter condições de chegar à terra e iniciar a colonização.

Dentre os esforços para a efetivação da colonização na Colônia Princesa Dona Isabel foi a construção dos barracões que seriam destinados a hospedar os imigrantes até que fossem direcionados aos lotes coloniais. Este equipamento público, em

Dona Isabel, apesar das críticas quanto às demais casas de recepção ao longo da viagem até a Colônia, eram de suma importância pois seriam o local do acolhimento, da alimentação, do descanso, da socialização e segurança até que fossem designados aos lotes coloniais.

O porto de Gênova foi um dos principais portos para a emigração de Italianos para as terras do Rio Grande do Sul, mas sem antes aportarem nos portos do Rio de Janeiro ou de Santos, principalmente. No interregno da chegada à Porto Alegre e sequência da viagem rumo às terras da colônia Dona Isabel, eram alojados em uma hospedaria, na capital gaúcha, em precárias condições. De Porto Alegre, os italianos que eram remetidos,

via Montenegro para as Colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel, desembarcavam no porto de Montenegro, sobre o rio Caí, e eram conduzidos provisoriamente para um grande galpão existente em uma chácara situada no arrabalde do agora bairro Taninópolis, [...] em parte do qual está instalado o Parque Centenário. Neste galpão, os imigrantes acomodavam-se como podiam, com poucos recursos, até que as carretas de mulas ou tropas de animais (burros) carregueiros os levassem serra acima ou ao seu destino. (Paris, 1999, p. 31).

Nesta “casa velha sem cômodos”, é que se materializava a prometida hospedagem para imigrantes que já estavam exaustos da longa jornada. Após esta estadia em Montenegro, os imigrantes que se destinavam a Colônia Princesa Dona Isabel “prosseguiram por terra, via Maratá, ponto inicial das caminhadas pelas matas, cujo percurso era feito a pé, com os filhos nas costas, e raramente dispo de muare para o carregamento de bagagens”. (Zardo et al., 1995, p. 17).

Após exaustiva jornada, assim que os imigrantes chegavam à Colônia Princesa Dona Isabel “eram recebidos por uma comissão incumbida de demarcar e construir barracões para abrigar os colonizadores. [Nesses barracões alimentavam-se] de caça, pesca, frutos silvestres e do pouco que era fornecido pelo governo”. (Paris, 1999, p. 41). Dos barracões eram designados aos lotes coloniais, onde “iniciaram uma agricultura de subsistência representada pelo cultivo do milho, trigo e videira”. (Paris, 1999, p. 41).

Na literatura sobre estas hospedagens, há menção ao relatório do ministro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, datado de 1879. Nesse relatório menciona que na Colônia Princesa Dona Isabel, havia “casa do diretor, regularmente conservada; do ajudante, de sólida construção e boa aparência; do professor, do médico, capela provisória, e um barracão na Linha Palmeiro, para agasalho dos imigrantes”. (PARIS 1999, p. 48).

De acordo com Zardo et al, (1995, p. 22) esse Barracão da linha Palmeiro era “uma habitação rústica, mal vedada, construída com barro e taquaras, e coberta de capim, que abrigou os imigrantes”. Outra casa de recepção dos imigrantes localizava-se à Rua Saldanha Marinho, que situava-se nas proximidades da antiga Linha Geral. Este barracão “de madeira servia de alojamento provisório a novos imigrantes”. (Lorenzoni, 1975, p. 122).

A linha Palmeiro, demarcada em 1871, localizada entre Caxias do Sul e Bento Gonçalves, possuía 28 km, era uma das principais linhas por onde se distribuía os lotes coloniais e moravam os imigrantes. Em termos numéricos, moravam na Linha “Palmeiro, 1666; Argemira, 65; Armênia, 206; Estrada Geral, 143; Zamith, 311; Jacinto, 426; Faria Lemos, 99; Leopoldina, 589; Sede, 50; Lima Fernandez, 26; Eulália, 110; Alcântara, 2016; Paulina, 323 e Jansen, 945”. (De Boni, 1985, p.29).

Os principais produtos coloniais comercializados eram o feijão, o trigo, a carne de porco e a banha dos quais sua venda era necessária para a aquisição do “açúcar, café, sal e o indispensável para vestir”. (Paris, 1999, p. 42).

Apesar da produção local, havia produtos que não eram produzidos pelos colonos e precisavam ser comprados na sede da Colônia. Nessa, ao mesmo tempo que comprovam o que não produziam comercializavam o excedente produzido na propriedade rural. Outra necessidade era a moagem do trigo. Como não existiam moinhos na região de Dona Isabel os colonos iam “no lombo do cavalo ou mesmo à pé, [...] até Montenegro para moer a farinha. (Paris, 1999, p. 41).

Em 1879, as condições da Colônia Dona Isabel são relatadas da seguinte maneira:

Existe escola missa de ensino elementar, cuja frequência foi no último ano de 62 alunos do sexo masculino e 39 do sexo feminino. Contem-se: a casa do Diretor, regularmente conservada; do ajudante de sólida construção e boa aparência; do professor, do médico; capela provisório e um barracão na linha Palmira, para agasalho dos imigrantes recém-chegados.” Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 22º relatório, em 1879. (Paris, 1999, p. 124 - 125).

Com algumas melhorias na Colônia Princesa Dona Isabel e o aumento populacional, já em 1884 relatava-se “muitas casas de negócios, moinhos, cervejarias, farmácias, sapatarias, selarias, serrarias, ferrarias, hotéis e muitos teares para linha e seda” (De Boni, 1985, p. 41). Neste período já havia inúmeros parreirais na terra que viria a ser o primeiro destino do Enoturismo do Brasil bem como diversas plantações, lavouras e diversificada criação de animais. (De Boni, 1985).

Assim, toda essa prosperidade da Colônia Princesa Dona Isabel criou condições para, por meio do Decreto nº 9183 de 12 de abril de 1884, passá-la à condição de Freguesia de Santo Antônio de Dona Isabel como o 4º Distrito de São João de Montenegro aumentando seu status e dotando-a de relativa independência administrativa.

3. Considerações Finais

Pesquisar os primeiros anos de Bento Gonçalves, que tem no Enoturismo e em seus roteiros turísticos forte apelo pela história do município, pela cultura de seu povo e por tudo que envolve a cultura da uva e do vinho é descortinar parte da história da imigração italiana dos que se destinaram à Colônia Princesa Dona Isabel e que constituíram as bases para o que hoje o município se transformou.

Fundada em 24 de maio de 1870, a Colônia passou a receber levas de imigrantes italianos a partir de 1875. Esses, no primeiro momento, hospedavam-se nos Barracões até sua ida, em definitivo, para os lotes onde iniciaram o plantio e o cultivo do trigo, do milho e das primeiras videiras daquela que se tornaria o primeiro destino do Enoturismo do Brasil.

A partir de 1875 os imigrantes continuaram a chegar ano após ano. A Sede se desenvolve bem como as linhas e a abertura de novas estradas. Novos cultivos são introduzidos e o comércio de produtos produzidos na Colônia se intensifica, assim como a abertura de novas casas de negócio, selaria, ferrarias, cervejaria, venda de vinhos, hotel e albergue.

Assim, em meio à prosperidade da Colônia Princesa Dona Isabel, em 12 de abril de 1884 foi elevada à distrito de Montenegro, denominada Freguesia de Santo Antônio de Dona Isabel por meio do Decreto n. 9183 (Manfroi, 1975) passando “ao regime comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial” (Iotti, 2001, p. 434) de Colônia.

Referências

- De Boni, L. A. (1985) *Bento Gonçalves era assim*. EST.
- Caprara, B. S., & Luchese, T. Â. (2005) *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves 1875 a 1930*. VISOGRAF.
- Cervo, A. L. (1992) *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: ed. Universidade de Brasília. Instituto Italiano di Cultura.
- Giron, L. S. (1994) *As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. ed. Parlanda.
- Herédia, A. C. G. (2004). *Humanismo de Hoje: ser imigrante no universo da vida*. EDUCS.
- Herédia, V. B. M., & Paviani, N. M. S. (2003) *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no sul do Brasil*. EST.
- Iotti, L. (2001) *Horn. (org.). Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Assembleia Legislativa do Estado do RS. EDUCS.
- Lorenzoni, J. (1975). *Memórias de um imigrante italiano*. Sulina.
- Manfroi, O. (1975). *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. GRAFOSUL.
- Paris, (1999). *Assunta de. Memórias: Bento Gonçalves – RS*. Bento Gonçalves: arquivo público e histórico municipal.
- Pesavento, S. J. (1994). *História do Rio Grande do Sul*. ed. Parlanda.

Seyferth, G. (2015) *A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo*. 35-37. In: Herédia, Vania. Beatriz. Merlotti., Radunz, Roberto. (Orgs). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. EDUCS.

Zardo, M. de F. D. S., Zanatta, M. F, Lunelli, M. D'M., & Pompermayer, C M C. (1995) *Barracão: um pedaço esquecido da história*. EDUCS.